



A presença de línguas africanas na América latina

Margarida Petter

Apesar do avanço dos estudos de historiadores e antropólogos sobre as “nações” ou “etnias” africanas transplantadas pelo tráfico para a América, há poucos documentos sobre as línguas faladas pela população deportada. É de forma indireta, pelas produções dos afrodescendentes em forma de dança, rituais, música e tradição oral, ou por meio de documentos, como processos criminais e narrativas dos viajantes, que se apreendem fragmentos da linguagem dos escravos. Diante da diversidade de línguas em contato, a questão principal que se coloca para o linguista é: como os povos e as línguas africanas interagiram com as línguas indígenas e as dos colonizadores no continente latino-americano? Este texto focaliza aspectos relevantes para uma reflexão sobre o destino das línguas africanas na América Latina, enquanto línguas em uso e em contato com os vernáculos dos países latino-americanos. Busca-se reavaliar as hipóteses de continuidade e descontinuidade das línguas africanas na América Latina.

Introdução

Além de partilharem o uso de uma língua derivada do latim, os países que constituem a América Latina¹ vivenciaram um processo semelhante de conquista e colonização e foram o destino principal de milhões de africanos, retirados da África entre 1500 e 1850. Estima-se que a América espanhola tenha recebido cerca de um milhão de escravos e o Brasil por volta de 3,5 milhões, ou 38% dos escravos trazidos para o Novo Mundo. A forte presença de população afrodescendente levou alguns estudiosos a referirem-se aos povos latino-americanos como “afro-latino-americanos”. Convém, no entanto, notar que é diversificada a constituição étnica desses países. Há sociedades predominantemente negras, como a de alguns países do Caribe: Haiti, República Dominicana; países com significativa proporção de afrodescendentes: Brasil, Cuba, Colômbia e nações com importantes minorias negras: Venezuela, Peru e Uruguai.

Para entender como se deu o contato das línguas africanas com as línguas faladas na América Latina deve-se começar pela identificação dos povos e línguas transplantados da África.

1. Povos e línguas transplantados

Embora se conheça a origem geográfica dos africanos escravizados África subsaariana, da Costa da Guiné até a região centro-sul, não se dispõe de informações precisas sobre os povos, etnias ou línguas transplantados. No entanto, dados da toponímia e as referências às etnias dos escravos colaboram para a identificação. No caso das etnias, essas precisam ser cuidadosamente analisadas pelos especialistas, pois as próprias referências que serviam para identificar os grupos variavam de acordo com o tempo e o espaço. Quando os escravos já estavam na América e se solicitava que identificassem sua "nação", estes frequentemente faziam referência a um lugar, a uma aldeia. Tal atitude não significava, porém, que estes indivíduos não possuíssem laços e identidades mais amplas, ou que, ao invés, fossem homens que vivessem isolados. De fato, o isolamento entre os povos envolvidos no tráfico no Atlântico era um fenômeno raro. Por outro lado, as inúmeras designações que aparecem para se referir a uma variedade de populações ao longo de 400 anos de tráfico pelo Atlântico dificultam a tarefa dos estudiosos. A África abriga milhares de "nações" diferentes. Os povos escravizados não eram 'africanos', mas iorubás, acãs, bambaras, fons, ibos, ambundos, bacongós, etc.

A nova situação na América, envolvendo competição ou cooperação, agravou antigas inimizades e conferiu à nacionalidade ou etnicidade um caráter cambiante, de onde surgiram novos sentidos para a identidade acã, bambara, fon etc. De acordo com Price, nesse mundo mutável, a nacionalidade ou a etnicidade não se apoiava numa solidariedade comunitária primordial, num atributo cultural nem na experiência comum, pois essas qualidades podiam ser adotadas ou descartadas à vontade. Nas Américas, os homens e mulheres identificados como angolas, ibos ou malês obtinham essas identidades, muitas vezes, não de sua terra natal de fato, nem do lugar de onde haviam desembarcado, mas por falarem, gesticularem e se comportarem como angolanos, ibos ou malês, ou se associarem com eles (Price 2003: 398-399).

Tomemos como exemplo as situações cubana, uruguaia e brasileira:

No caso de Cuba, segundo Bernal (2008) os escravos africanos eram classificados por seus metaetnônimos de Gangá (Bulom, Kono, Egrie, Gbandi, Gola, Kissi, Cross, Loma, Mani, Vaï.), Mandinga (Bagá, Bambará, Dyola, Fulbé, Malinké, Serer, Sosso, Yolofe, Bram, e outros) , Mina (Ashanti, Manti, Gwa, Mina, Bonna, Gan), Arará (Fongbe, Ewe, Mahi), Carabalí (Baribá, Binni, Bolo, Chamba, Gbari, Hausa, Mosi, Nupe, and Yoruba), Lucumí (Ekoi, Ibibio, Ijaw, Ibo), Congo (Gbanda, boma, Bubi, Kamba, Kongo, Kuba, Marawi, Mbala, Mbamba, Mbundu, Ndamba, Ngangela, Nhanka-Humbi, Ovimbund, Rundi, Songe, Sundi, Teke, e Yaka) e Macua (Macua and Malagasi).

No Uruguai, segundo Pereda Valdés (1965, apud Coll 2010: 21), os escravos procediam da zona da costa que vai desde o Sudão até Moçambique (excetuando a cidade do Cabo). Baseia-se no termo “nação” e explica que si no son una referencia exacta, porque a veces corresponden a expre-siones geográficas, y no a etnias, confirman los lugares de procedencia de los negros orientales, y sobre todo el predominio de los bantus sobre los sudaneses.

O autor destaca que muitos escravos chegaram a Montevidéu a partir do Brasil e argumenta que a grande quantidade de negros

A presença de línguas africanas na América Latina / M. Petter 81
trazidos diretamente do Brasil provaria por si só a dupla procedência banto-sudanesa dos negros uruguaios (Pereda Valdés 16, apud Coll 2010: 22). O autor também afirma ter havido tráfico a partir de Buenos Aires, de onde vieram escravos do Senegal, Guiné, Moçambique e Serra Leoa.

No Brasil, distinguem-se habitualmente (Vianna Filho 1946: 28; Mattoso 1979: 22) quatro grandes ciclos de importação de escravos para o Brasil:

(i) no século XVI, o ciclo da Guiné, sendo os escravos principalmente sudaneses, originários da África situada ao norte do equador;

(ii) no século XVII, o ciclo do Congo e de Angola, que trouxe ao Brasil negros da zona banta;

(iii) no século XVIII, o ciclo da costa de Mina, que atingiu de novo negros sudaneses. A partir da metade do século XVIII, esse ciclo desdobrar-se-á num ciclo propriamente baiano: o ciclo da baía do Benim;

(iv) no século XIX, os escravos vieram um pouco de cada lugar, mas com predominância de negros vindos de Angola e de Moçambique.

Levando-se em conta esses limites geográficos, as línguas transplantadas para o Brasil repartem-se basicamente em duas áreas de proveniência (Bonvini 2008: 30-31):

a) a área oeste-africana, caracterizada pelo maior número de línguas, tipologicamente muito diversificadas:

atlântica: fula (fulfulde), uolofe, manjaco, balanta;

mande (sobretudo, o mandinga); bambara, maninca, diúla;

gur: subfamília gurúnsi;

cuá (subgrupo gbe): eve, fon, gen, aja (designadas pelo termo j e j e n o Brasil);

ijóide: ijó;

benuê-congolesa:

defóide: falares iorubás designados no Brasil pelo termo nagô-queto;

edóide: edo;

nupóide: nupe (tapa);

ibóide: ibo;

cross-River: efique, ibíbio;

afro-asiático: chádica: hauçá;
nilo-saariano: saariana: canúri.

b) a área austral, essencialmente do subgrupo banto –limitada à costa oeste (atuais repúblicas do Congo, República Democrática do Congo e Angola) e somente mais tarde estendendo-se à costa leste (Moçambique)–, caracterizada por um número muito reduzido de línguas, tipologicamente homogêneas, mas faladas pelo maior número de cativos:

H.102 congo (quicongo): quissolongo, quissicongo (quissangala), quizombo, quissundi (falada pelos bacongos, numa zona correspondente ao antigo reino do Congo) e quivíli, iuoio (fiote), quiombe (faladas em Cabinda e em Loango);

H.20 quimbundo (falada pelos ambundos, na região central de Angola, co-

rrespondendo ao antigo reino de Ndongo), quissama, quindongo;

H.30 iaca-holo: iaca, imbangala, chinji;

K.10 chôcue: uchôcue, ochinganguela, chilucazi, luena (luvale);

L.30 luba: chiluba-cassai (lulua);

L.50 lunda: chilunda, urunda;

P.30 macua: omacua;

R.10 umbundo (falado pelos ovimbundos na região de Benguela, em Angola):

umbundo, olunianeca;

R.20 cuaniama, indonga: ochicuaniamama, cuambi;

R.30 herero: ochiherero

2. Continuidade e descontinuidade

Diante da diversidade de línguas em contato, a questão principal que se coloca para o linguista é saber como os povos e as línguas africanas interagiram com as línguas indígenas e as dos colonizadores no continente latino-americano. Do ponto de vista do antropólogo e do historiador, segundo Price (2003: 386), são formuladas outras questões, que podem, também, ser interessantes para o linguista: qual seria a dimensão da heterogeneidade ou da homogeneidade das etnias e quais as consequências culturais desse fato? Quais foram os processos pelos quais esses africanos se tornaram latino-americanos? Com que rapidez e de que modo os africanos começaram a pensar e agir como membros de novas comunidades, ou quão rápida foi a crioulanização? Como os africanos conseguiram dar continuidade aos modos de agir e pensar vindos da África? Como as diferentes situações sociais da América incentivaram ou inibiram esses processos? Essas indagações direcionaram as reflexões dos estudiosos para duas posições que se

2 As letras e os números que precedem as línguas deste grupo correspondem à classificação proposta por Guthrie, em 1948, na obra *The classification of the Bantu Languages*. London: International Institute.

A presença de línguas africanas na América Latina / M. Petter 83

tornaram antagônicas: a continuidade da tradição africana ou a sua descontinuidade, ou seja, a “crioulização”.

Não nos interessa aqui retomar o debate antropológico que se travou e ainda se trava sobre essas duas visões a respeito do destino das culturas africanas na América; para nossos objetivos é interessante avaliar essas duas possibilidades –continuidade ou descontinuidade, manutenção ou transformação de línguas e culturas africanas no Novo Mundo– pois, do ponto de vista do linguista, elas não se excluem, mas dialogam e complementam-se.

Considerando-se, de início, a possibilidade de transformação das línguas africanas na América, pelo processo de ‘crioulização’, tal como é normalmente compreendido pelos linguistas, encontramos-nos diante do primeiro fato: se nos referimos a países de língua oficial latina, deixando de lado, portanto, o crioulo de base espanhola, o papiamento (falado nas Antilhas Holandesas: Aruba, Curaçau e Bonaire), só há duas línguas reconhecidas como crioulas na América Latina: o crioulo do Haiti e o palenquero, falado em San Basilio de Palenque, na Colômbia.

O palenquero é o único crioulo de base espanhola falado na América do Sul. A cidade de San Basilio de Palenque, a sudoeste de Cartagena, foi formada por escravos fugitivos de origem banta.

O crioulo do Haiti, o que possui o maior número de falantes dentre os crioulos caribenhos, falado por quase toda a população do Haiti (8,5 milhões), resulta do contato do francês com línguas da África do Oeste (fon, eve, uolofe). Recentemente tornou-se língua de alfabetização e possui uma ortografia oficial.

Essa evidência nos leva a formular a primeira pergunta incômoda: por que há tão poucos crioulos na América Latina?

Por que certas regiões, como Cuba e o Brasil, que receberam um maior número de população negra escrava não desenvolveram uma língua crioula, se possuíam uma grande população africana e afrodescendente, condição necessária para o desencadeamento do processo de crioulização?

Bernal (2008), na conferência que proferiu no Special Wocal 6 (World Congress of African Linguistics/Congresso Mundial de Linguística Africana), aponta algumas razões que explicam o fato de não haver uma língua crioula em Cuba:

- a) a grande diversidade linguística dos escravos introduzidos no país, artificialmente reforçada pelos proprietários de plantações de cana-de-açúcar, de modo a impedir o uso de uma língua Africana como veicular, evitou uma influência mais poderosa dessas línguas na evolução do espanhol de Cuba;
- b) o espanhol mal falado dos bozais –escravos recém-chegados que não dominavam a língua espanhola– não poderia ser a base de um espanhol crioulo, porque seu uso era muito estigmatizado, mesmo entre os africanos; ele não era transmitido para os

descendentes africanos e se extinguiu quando seu falante africano morria;

c) as guerras de independência (1868-1878 e 1895-1898) no século XIX eliminaram todos os lugares isolados onde poderiam prevalecer variantes diferentes do espanhol;

d) a taxa de mortalidade entre africanos era muito alta, então havia constante substituição de escravos, enquanto a migração de espanhóis era intensa, às vezes mais numerosa do que a introdução de subsaarianos, e tinha uma baixa taxa de mortalidade. Assim, entre colonizadores espanhóis não havia substituição, mas um reforço de sua presença em Cuba, o que fortalecia o uso e a estabilidade da língua espanhola;

e) a mestiçagem, as dificuldades de encontrar algum companheiro do mesmo grupo etnolinguístico e a presença de negros em diferentes trabalhos ou comércios que dependiam de brancos, tudo favoreceu o uso do espanhol. Podemos também acrescentar a esses fatos o caso de escravos que obtinham sua liberdade e refúgio nas áreas urbanas onde a língua veicular era também a variedade cubana de espanhol;

f) em contraste com o que ocorreu em outras ilhas do Caribe, a população negra nunca superou a dos brancos como ocorreu em outras ilhas da área caribenha, como mostram os diferentes censos feitos entre 1775 e 1899. Por outro lado, devemos lembrar que o número de negros registrado naqueles censos incluía africanos que falavam espanhol fluentemente, cubanos negros e mulatos, cuja língua materna era também o espanhol.

g) finalmente, os africanos e seus descendentes aprenderam a pronunciar e falar espanhol com cubanos e espanhóis. Então, herdaram a maneira de pronunciar e o uso da língua de seus professores pouco letrados. É por isso que dizemos que a influência africana no espanhol cubano não direcionou a evolução do espanhol em Cuba, mas inegavelmente reforçou a evolução interna dessa variante. Resultados semelhantes ocorreram nos lugares da América onde a influência das línguas ameríndias era e é ainda forte, por exemplo, na área andina, o quetchua, ou na área central americana, o maia. (Naro e Scherre 1993: 450) (Naro e Scherre 1993: 441)

No caso brasileiro, a hipótese de ter havido uma criouliização prévia do português brasileiro ainda provoca debates, mas a maioria dos pesquisadores defende a inexistência de crioulos no Brasil. Naro e Scherre (1993), os que mais têm pesquisado e publicado sobre essa questão, argumentam que o português popular do Brasil resulta de uma "convergência de causas". Embora reconheçam a participação de aloglotas, afirmam que não se chegou a constituir uma língua mista de português e de línguas indígenas ou africanas, de modo a justificar a existência de um pidgin ou crioulo; suspeitam, no entanto, que a pidginização em si, quase endêmica no Brasil desde o início da Colônia (e antes, tanto no caso da 'língua de preto' da Europa e,

provavelmente, das línguas gerais tupi e africanas), tenha influenciado no desenvolvimento do português brasileiro.

Os autores sublinham como sendo mais significativo que o impulso motor do desenvolvimento do português do Brasil veio já embutido na deriva secular da língua de Portugal. Se as sementes trazidas de lá germinaram mais rápido e cresceram mais fortes é porque as condições, aqui, mostraram-se mais propícias devido a uma confluência de motivos.

Em trabalho recentemente publicado, os autores reiteram essas afirmações, apoiados em fatos linguísticos observados nas línguas românicas e em resultados de pesquisas sobre a variação de número na concordância nominal no Brasil (Naro e Scherre 2007: 25-47).

Outra explicação para a inexistência de crioulos no Brasil é oferecida por Rougé (2008: 63-73) que, apoiado em dados da história da colonização de São Tomé e do Brasil, compara a situação dos tongas filhos de trabalhadores moçambicanos ou angolanos introduzidos na ilha africana depois da abolição oficial – à do Brasil. Com base nesses dados o autor conclui que as semelhanças encontradas entre o português vernáculo do Brasil e o português dos tongas refletem que o modelo de organização das plantações de cacau e café de São Tomé que foi importado do Brasil – permitiu uma exposição importante à língua portuguesa para que se desenvolvessem competências desviantes em português, é verdade, mas não o suficiente para construir um sistema linguístico em ruptura com o português, que impossibilitasse sua transmissão.

Tanto em Cuba como no Brasil, a situação social favorecia o aprendizado e uso do espanhol ou o do português, tanto para os boçais, africanos com pouco ou nenhum domínio da língua dos colonizadores, quanto para os ladinos, africanos que chegavam às colônias da América já falando espanhol ou português, por terem aprendido essas línguas, muitas vezes, no período relativamente longo em que africanos de diferentes etnias permaneciam nos entrepostos de escravos, aguardando completar a carga dos navios.

No Brasil, nem a língua veicular, a chamada língua geral resultante do contato entre a língua indígena e diversas variedades linguísticas regionais e sociais portuguesas, usada por índios, mestiços e portugueses, desde a segunda metade do século XVII – chegou a impedir que a língua portuguesa se consolidasse a partir da segunda metade do século XVIII, quando a Lei do Diretório dos Índios (1757) proibiu o uso da língua geral e acelerou o processo de expansão da língua portuguesa por todo o território brasileiro.

Por outro lado, o fato de não se terem formado línguas crioulas na maior parte dos países latino americanos não significa que as línguas africanas não tenham sido faladas na América Latina ou tenham desaparecido do uso. Elas permaneceram em alguns contextos e há registros de sua vitalidade no passado.

No Brasil, dispomos de dois valiosos documentos, dos séculos XVII e XVIII, que atestam o uso de línguas africanas.

O primeiro, a Arte da língua de Angola, escrito por Pedro Dias, sacerdote jesuíta, foi redigido no Brasil, mas publicado em Lisboa em 1697. Constitui uma prova histórica do emprego de uma língua africana no Brasil no século XVII. Trata-se da primeira descrição gramatical do quimbundo, que foi redigida a partir de dados recolhidos no próprio Brasil. A obra de Dias testemunha o emprego corrente e habitual, no século XVII, no Brasil, de uma língua africana, o quimbundo, falado por escravos originários de Angola, numa área geográfica extensa, não limitada apenas ao estado da Bahia.

No século XVIII, Antonio da Costa Peixoto redigiu, em Minas Gerais, um texto sobre uma língua "mina". Uma primeira versão data de 1731 e outra em 1741, sob o título Obra nova de Língua Geral de Mina. Trata-se de um manual destinado aos senhores de escravos para facilitar a comunicação entre estes e os senhores, o que mostra que os africanos escravizados daquela região usavam uma língua africana para comunicar-se. Essa língua era falada na região mineira de Vila Rica, Vila do Carmo, Sabará, Rio dos Montes onde se concentravam cerca de 100.000 escravos, originários da costa do Benim - chamada Mina e situada, grosso modo, entre Gana e a Nigéria. A língua "mina" corresponderia a um falar veicular, proveniente de línguas africanas do grupo gbe (subfamília kwa), forjada no Brasil, por falantes de diversos falares tipologicamente semelhantes.

Se examinarmos, por outro lado, a permanência das línguas africanas temos de reconhecer que, hoje, essas línguas não têm mais o estatuto de línguas plenas, pois têm um uso restrito a determinados ambientes, como línguas rituais, no Brasil e em Cuba, ou como uma 'língua secreta', em alguns quilombos brasileiros.

As línguas africanas dos cultos afro-brasileiros têm uma função litúrgica e seu uso fica restrito aos iniciados e praticantes. Nesse contexto, o termo língua deve ser entendido como um veículo de expressão simbólica e não propriamente uma manifestação de competência linguística (Castro 2001: 80). Essas línguas consistem sobretudo no uso de um léxico relacionado ao universo religioso chamado genericamente de candomblé, no Brasil todo e principalmente na Bahia, batuque no Rio Grande do Sul, xangô em Pernambuco e tambor de mina no Maranhão. Em cada um desses cultos há um tipo de organização e língua, que vai distinguir os diferentes tipos de candomblé, classificados de acordo com as "nações", ou seja, conforme a predominância linguística representada: nagô-queto, de base iorubá; jeje-mina, de base eve-fon; angola, congo-angola ou banto, de base banta (quimbundo/quicongo/umbundo).

Em Cuba, os termos "religiões afro-cubanas" ou "de matriz negro-africana" envolvem uma variedade imensa de manifestações religiosas advindas da África subsaariana, sincretizadas com o catolicismo do colonizador, o que faz com que este termo seja demasiadamente aberto, na medida em que abarca centenas de manifestações. Diversas línguas subsaarianas mesclaram-se com o

espanhol e tornaram-se uma parte importante do suporte linguístico dos quatro cultos afro-cubanos que persistem até hoje (Bernal 2008):

- a) Regla de Palo Monte, com modelos culturais e linguísticos da região do Congo;
- b) Regla de Ocha e Ifá, com modelos culturais e linguísticos do ioruba, eve e fon, línguas do sul da Nigéria e do Benim;
- c) Regla Arará, com modelos culturais e linguísticos eve-fon;
- d) Sociedade Abakwa, uma reconstituição em Cuba da famosa sociedade Egbo do efiqwe e ibíbio do Velho Calabar, na Nigéria, que emergiu como uma rejeição contra os Cabildos, palavra espanhola para uma espécie de organização de ajuda mútua fundada no século XIII nas áreas urbanas do sul da Espanha com a intenção de controlar e aculturar os escravos africanos que tinham uma origem geográfica comum, sem prestar atenção às suas diferenças culturais e linguísticas. Hoje, as sociedades Abakwa só existem em cidades portuárias como Havana, Matanzas e Cárdenas.

O espanhol falado em situações de transe e/ou cantado durante as cerimônias de Palo Monte se assemelha às estruturas das línguas crioulas, fornecendo assim evidências de que em espaços sociais onde a presença africana foi e é marcante, tanto em Cuba quanto no Brasil, as línguas do colonizador tomaram outras feições (Cunha 2008). O termo de comparação mais próximo da linguagem de Palo Monte é a fala do "preto-velho", entidade muito popular na umbanda (religião brasileira que sincretiza elementos de origem indígena, africana e católica), que representa os negros muito idosos que viveram no tempo da escravidão no Brasil e que falam, em transe, um português bastante reestruturado, semelhante a um pidgin ou crioulo.

Nos rituais de Preto Velho –onde uma pessoa encarna o espírito de um velho escravo que dá conselhos aos consulentes– (Bonvini 2000), uma linguagem incompreensível é um dos estereótipos dos seguidores da umbanda. É ele que garante o segredo da linguagem, a autenticidade de suas mensagens e também seu valor identitário. Vejam-se os dados (Bonvini, 2000: 406):

Exi nangola 'nós em Angola'

Exi jifazi muito sofedô 'nós sofremos muito'

Ji foi maradu 'nós fomos amarrados'

Feto jibixu 'feito animais'

Todo o léxico utilizado é português, mas do ponto de vista morfossintático observa-se a repetição do prefixo ji-, que pode ser aproximado dos prefixos de concordância de classe das línguas bantas. Do ponto de vista fonético, pode-se observar a apócope do r final de 'sofredor', mantendo a estrutura silábica CV, a mais representada nas línguas africanas.

Em Cuba, dados do ritual de Palo Monte apresentados por Cunha (2008) também revelam aspectos morfossintáticos e fonéticos desviantes da norma do espanhol, como:

- a concordância de gênero: Yo pongo uno saia (una saia)
- a apócope do r final: Rumpê (romper);
- a epêntese do a, preservando o padrão silábico CV: garande (grande)

3. A vitalidade das línguas africanas

As línguas africanas faladas hoje, na América Latina, são conservadas principalmente nos cantos, saudações e nomes dos iniciados. Elas também podem ser um meio de comunicação entre os seguidores da mesma comunidade de cultos. Muitas delas são pidgins, cujos léxicos e gramáticas ficaram distantes da sua língua africana original. Sua aquisição é reservada unicamente para os iniciados. Elas são chamadas de línguas-de-santo, no Brasil.

A tradição oral preservou os cantos quase intactos, porque, apesar das várias versões do mesmo canto, há muitas semelhanças entre os cantos encontrados em diferentes lugares do Novo Mundo, como em Cuba e Trinidad e Tobago.

Além do espaço religioso, os povos africanos construíram um espaço de busca de vida livre, que compreende, no Brasil, as comunidades negras rurais, conhecidas como quilombos, denominadas cumbes na Venezuela, palenques em Cuba e Colômbia. Os termos cimarrón e cimarronage, equivalentes de quilombola, atravessam toda a América Latina, significando a resistência contra a opressão. Nesses espaços foram reconstruídos e transformados diferentes códigos culturais africanos.

No Brasil, algumas dessas comunidades preservaram o uso de um léxico de origem banta, como as "línguas" do Cafundó (Vogt et al. 1996) e da Tabatinga (Queiroz 1998). Os falantes das duas comunidades, situadas em São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, julgam falar uma "língua" –denominada cupópia ou falange, no Cafundó, e língua do negro da Costa, na Tabatinga–, quando, na realidade, o que se observa é o uso de um léxico de origem africana, mas com a sintaxe do português falado na região.

Um aspecto a ser notado é que essas línguas ficaram confinadas ao espaço dessas comunidades (quilombos, atualmente); o léxico de origem africana não se difundiu para o português falado no Brasil, nem mesmo para as regiões vizinhas desses quilombos. Esse fato explica a razão de essas línguas terem sido classificadas como 'secretas', porque elas serviam apenas a um uso interno do grupo e não a uma possível função de ocultamento, embora seus falantes a utilizem, em algumas situações, para não serem entendidos por pessoas "de fora".

Se o espanhol e o português falados na América Latina refletem em seus léxicos o contato com as línguas africanas, e se é no nível lexical, indubitavelmente, que se manifesta a herança africana, devemos considerar que, além dos espaços confinados dos rituais religiosos e das comunidades quilombolas, as palavras da África se difundiram nas mais diversas situações de comunicação.

Os empréstimos de origem africana no espanhol cubano, originários das línguas quicongo, eve-fon, iorubá, efique-ibíbio, segundo Bernal (2008), podem ser classificados como “sociolinguisticamente neutros” ou “com forte origem cultural religiosa que prevalecem no espanhol cubano popular e marginal”. Pertencem ao primeiro grupo palavras como malanga ‘designação de espécies de plantas’, quimbombó ‘tipo de planta e fruto’, ñame ‘inhame’, bongó ‘tipo de tambor’, conga ‘tipo de dança’. No segundo tipo podem ser citados os termos iriampo ‘cabeça’, butuba ‘comida’, bilongo ‘bruxaria’, embó ‘sacrifício religioso’. Para esse autor, o único nível linguístico do espanhol cubano que foi influenciado pelas línguas africanas foi o léxico.

No Brasil, segundo o inventário de Castro (2001), são 3.517 os termos de origem africana no português brasileiro. Desses a maior parte refere-se ao universo religioso, seguido dos termos relativos a culinária, música, dança, etc. São termos originários de línguas da África ocidental (eve, fon, iorubá, hauçá) e em sua maior parte de línguas bantas, faladas em Angola, Congo e Moçambique. Trata-se de um léxico especializado, muitas vezes de uso regional. O vocabulário efetivamente empregado, de uso geral, é bem menos extenso.

Um estudo de Alkmim e Petter (2008) procurou identificar as palavras de origem africana de uso geral no Brasil, hoje, pertencentes ao vocabulário comum –aquele que está livre de qualquer emprego especializado–, buscando evidenciar sua integração, mobilidade e vitalidade. A pesquisa levou à identificação de 56 vocábulos que são comuns ao universo dos informantes pesquisados.

A partir de uma análise inicial dos resultados obtidos, foi constatado que os dados poderiam ser organizados em três categorias:

- Categoria 1, que inclui termos que podem ser usados em qualquer interação social, (30 vocábulos). Ex: caçamba ‘de-pósito de lixo’ e ‘carroceria de caminhão’, caçula ‘filho mais novo’, carimbo ‘marca e instrumento para marcar’, cochilar ‘dormitar’, xingar ‘ofender com palavras’;
- Categoria 2, que é constituída de termos informais, de uso coloquial que, eventualmente, dependendo da situação, são substituídos por outros (9 vocábulos). Ex: bamba/bambambã ‘exímio’, ‘hábil’, cafuné ‘carinho feito na cabeça com a ponta dos dedos’, muamba ‘contrabando’;
- Categoria 3, em que constam termos marcadamente informais, de uso restrito (17 vocábulos). Ex: bunda ‘nádegas’, cafundó ‘lugar muito distante’, quizumba ‘confusão’, ziquizira ‘azar, doença indefinida’.

Muitos desses termos são encontrados também em outras regiões da América Latina. Magdalena Coll, em trabalho apresentado no Simpósio Dinâmicas Afro-Latinas (2011), destacou a presença linguística africana nos contos de José Monegal (1892-1968), que retratam um universo rural, situado na fronteira uruguaio-brasileira, do final do século XIX e início do XX, que têm como protagonistas

tipos humanos populares e muitos afrodescendentes. Os personagens de Monegal utilizam um léxico de origem africana: batuque, bunda, cachimba, cafondó, candombe, capanga, catinga, mandinga, marimba, mulambo, muleque, quilombo, quitandera, todos termos de origem banta e todos comuns ao português brasileiro.

O exame de outros subsistemas linguísticos do português brasileiro (PB) revela muitas diferenças em relação ao português europeu (PE), principalmente nos planos fonológico e sintático. Embora o léxico básico do PB seja comum ao PE, há muitas divergências nos léxicos especializados e na interpretação semântica de muitos itens lexicais que se assemelham na forma, mas não no conteúdo. As explicações para essas discrepâncias podem ser de ordem interna –uma mudança prevista no sistema– ou externa, pelo contato com outras línguas. Se considerarmos essa segunda hipótese, em relação com o contato com as línguas africanas, convém reconhecer que a presença africana nos níveis fonológico e sintático não está suficientemente explorada e ainda provoca debates no Brasil.

Um aspecto que mereceria atenção situa-se na área em que a estrutura sintática é determinada pela semântica e sintaxe africanas manifestadas no léxico. As primeiras tentativas de análise nessa direção foram feitas por: Esmeralda Vailati Negrão e Evani Viotti (2008), que trataram de algumas estratégias de impessoalização do português brasileiro, comparando-as com estruturas do quimbundo; e Juanito Avelar, Sonia Cyrino e Charlotte Galves (2009), que estudaram a inversão locativa e modelos de concordância, encontrados no PB e em línguas bantas.

4. Legado linguístico africano na América Latina: Sobrevivência e vivência

Em maior ou menor proporção, a colonização dos países da América Latina contou com a participação de povos africanos que, além de sua força de trabalho, trouxeram línguas e culturas diversas que interagiram com as línguas e culturas dos povos autóctones e dos colonizadores. Contextos sociais diversos reagiram diferentemente ao contato, mas, em todas as circunstâncias, línguas e culturas africanas transformaram-se e mantiveram-se como um elemento distintivo da identidade latino -americana, tanto nas regiões crioulófonas da Colômbia e do Haiti, quanto nos demais países. Nesses, as marcas linguísticas mais visíveis situam-se no léxico, mas não se pode excluir a participação das línguas africanas na gramática das variedades locais de espanhol e português.

Em Cuba e no Brasil a influência e o prestígio das culturas africanas são evidentes nas artes (música, dança) e na religião, sobretudo. Nesses contextos, as línguas africanas são um código que funciona, sobretudo, como uma nomenclatura que passou a ser símbolo de identidade africana e sacralidade.

É difícil para o linguista recuperar, hoje, dados sobre as línguas faladas pelos africanos escravizados, mas os empréstimos lexicais, a descoberta de documentos e as informações de historiadores

permitem-nos formular hipóteses sobre a identidade e o uso das línguas africanas que nos ajudam a esclarecer a situação atual dessas línguas na América Latina. Essa pesquisa, no entanto, não tem instigado muitos estudiosos. A maior parte dos estudos se concentra na investigação do contato entre as línguas africanas e os vernáculos de regiões onde se falam línguas crioulas (palenquero da Colômbia, crioulo do Haiti), entretanto são raros os estudos sobre outros resultados do contato entre os vernáculos latino-americanos e as línguas africanas. Por outro lado, essas línguas, enquanto entidades linguísticas independentes, são pouco conhecidas e estudadas na América Latina.

Quero, no entanto, destacar duas ações recentes que podem mudar o cenário de descaso do estudo da presença africana na América Latina:

1. No Brasil, a Universidade de São Paulo organizou, em agosto de 2008, uma edição especial do WOCAL 6 (World Congress of African Linguistics), que teve como tema a investigação da conexão das línguas africanas nas Américas. O encontro, que reuniu participantes de 28 países, proporcionou aos pesquisadores africanistas a oportunidade de refletir sobre a herança linguística africana ao mesmo tempo em que estreitou o contato de estudiosos latino-americanos com pesquisadores africanistas de renome mundial.

As temáticas tratadas pelos pesquisadores latino-americanos diziam respeito, fundamentalmente, a duas questões: (i) a revalorização do aporte banto, tanto nas variedades de espanhol faladas na América Latina quanto na constituição do vernáculo brasileiro e (ii) a reavaliação do impacto das línguas africanas na formação dos crioulos do continente e das variedades americanas de português e espanhol. São esses tópicos que parecem direcionar a pesquisa, ainda incipiente, na América Latina.

2. Um projeto de pesquisa coordenado por três docentes (duas uruguaias e uma brasileira): Laura Álvarez López, da Universidade de Estocolmo, Suécia; Magdalena Coll, da Universidad de la República, Montevideu, Uruguai e Tania Alkmim, da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil, que conta com o apoio financeiro da Swedish Foundation for International Cooperation in Research and Higher Educations (STINT).